

CRESCIMENTO ECONÓMICO, DÉFICE ORÇAMENTAL E DIVIDA PÚBLICA EM PORTUGAL

AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DESTE ESTUDO

1- O pensamento económico dominante em Portugal, de cariz neoliberal, tem procurado difundir a ideia de que défice orçamental é incompatível com elevadas taxas de crescimento económico, e que bastaria reduzir o défice para baixo dos 3% para que, como por milagre, Portugal alcançasse levadas taxas de crescimento económico e a prosperidade atingisse o País.

2- O estudo realizado, abrangendo um período de tempo suficientemente longo (1970-2004) e utilizando dados do INE, e tendo como base a evolução verificada depois do 25 de Abril mostra que isso não é verdade.

3- Assim, os anos em que o crescimento foi maior em Portugal, com taxas reais de crescimento económico iguais ou mesmo superior a +5% (períodos 1977-1980 e 1986-1991) foram anos com défices elevados que, no primeiro período (77/80) se situaram entre os -4% e os -9% e, no segundo período (86/91) entre -2% e -6% (gráfico I e II).

4- Os anos em que o défice foi inferior a -3% (1989, 1999, 2000, 2002, 2003 e 2004), as taxas de crescimento económico situaram-se no intervalo -1,2% e 3,8% (gráfico I e II).

5- Com base no gráfico III, se agruparmos, por um lado, os anos em que o défice foi inferior a -3% (1989, 1999, 2000, 2002, 2003 e 2004) e, por outro lado, os anos em que o défice foi superior a -5,5% (1986, 1987, 1990, 1991, 1994 e 1995), concluímos que a média das taxas de crescimento do 1º grupo (os anos de défice inferior a -3%) foi apenas de 2,2%, enquanto a média das taxas de crescimento no 2º grupo (os anos de défice superior a -5,5%) foi de 3,3%, ou seja, uma média superior em 50% à verificada nos anos de défice mais baixo.

5- Finalmente, o estudo empírico mostra que embora não se possa defender que quanto mais elevado for o défice maior será o crescimento económico, no entanto ele mostra que o inverso não é verdadeiro, e que continuar a sujeitar o País à obsessão do défice só poderá conduzir a um maior atraso económico. O défice e o endividamento deverá ser utilizado de uma forma inteligente, e não cega como tem acontecido, para impulsionar o rápido desenvolvimento do País e o bem-estar dos portugueses. É preciso não esquecer que a obsessão das contas públicas com saldo positivo que dominou a gestão das contas públicas durante o período anterior ao 25 de Abril conduziu o nosso País ao maior atraso da sua história.

6- É necessário combater a fraude, a evasão e os privilégios fiscais e outros que fazem perder milhões de contos de receitas ao Estado e, por outro lado, impor uma melhor aplicação e uma utilização mais eficiente dos fundos públicos e responsabilização pela sua má utilização, o que tem estado afastado da gestão pública

REDUÇÃO DO DÉFICE ORÇAMENTAL NÃO DETERMINA, SÓ POR SI, ELEVADAS TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO

Uma das ideias força do pensamento económico dominante, submetido ao neoliberalismo importado, é que quanto mais reduzido for o défice da Administração Pública mais elevado será o crescimento económico.

Chega-se mesmo ao ponto de afirmar-se ou insinuar-se que bastaria reduzir o défice orçamental abaixo do valor mítico de 3% para, como por milagre, o crescimento económico e a prosperidade atingir Portugal. E o raciocínio elementar é o seguinte:

desta forma o Estado libertaria meios que ficariam disponíveis para as empresas que os aplicariam em investimento produtivo.

Tudo isto faz lembrar os argumentos utilizados para levar a cabo as privatizações maciças e a destruição do Sector Empresarial do Estado. Segundo os seus defensores, com as privatizações das empresas públicas o Estado libertaria meios, dessa forma seriam reconstituídos os grupos económicos com centros de decisão em Portugal, e a concorrência sã que inevitavelmente surgiria garantiria o rápido crescimento económico e o bem estar dos portugueses.

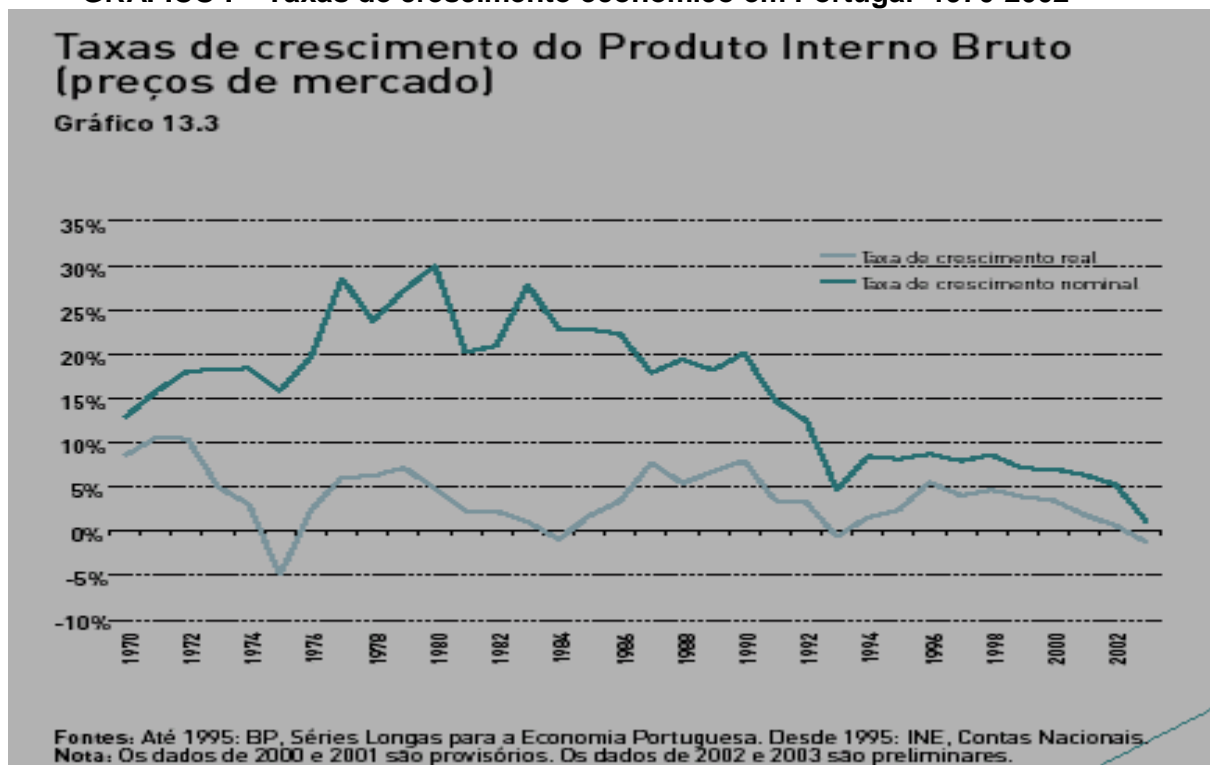
A realidade amarga veio provar precisamente o contrário. O Sector Empresarial do Estado foi em grande parte destruído, muitas empresas públicas foram vendidas ao desbarato permitindo a arrecadação de elevados lucros aos grupos económicos nacionais e estrangeiros que as adquiriram, mas o País está cada vez mais dependente do estrangeiro, a crise económica nunca foi tão grave, os preços que os portugueses têm de pagar pelos bens e serviços que adquirem são em muitos casos superiores aos praticados em outros países da União Europeia embora as remunerações que auferem sejam muito mais baixas, e a crise social que atinge o País nunca foi tão grave.

TAXAS DE CRESCIMENTO ELEVADAS COM DÉFICES ELEVADOS EM PORTUGAL

A experiência do crescimento económico português depois do 25 de Abril, esquecida sistematicamente pelo pensamento económico dominante, mostra que o crescimento económico não é incompatível com o défice orçamental, mostrando mesmo que em muitos anos isso só foi possível com ele.

O gráfico que se apresenta seguidamente construído e divulgado pelo INE revela a curva do crescimento económico em Portugal num período suficiente longo pois abrange o período que vai de 1970 a 2002

GRÁFICO I – Taxas de crescimento económico em Portugal 1970-2002

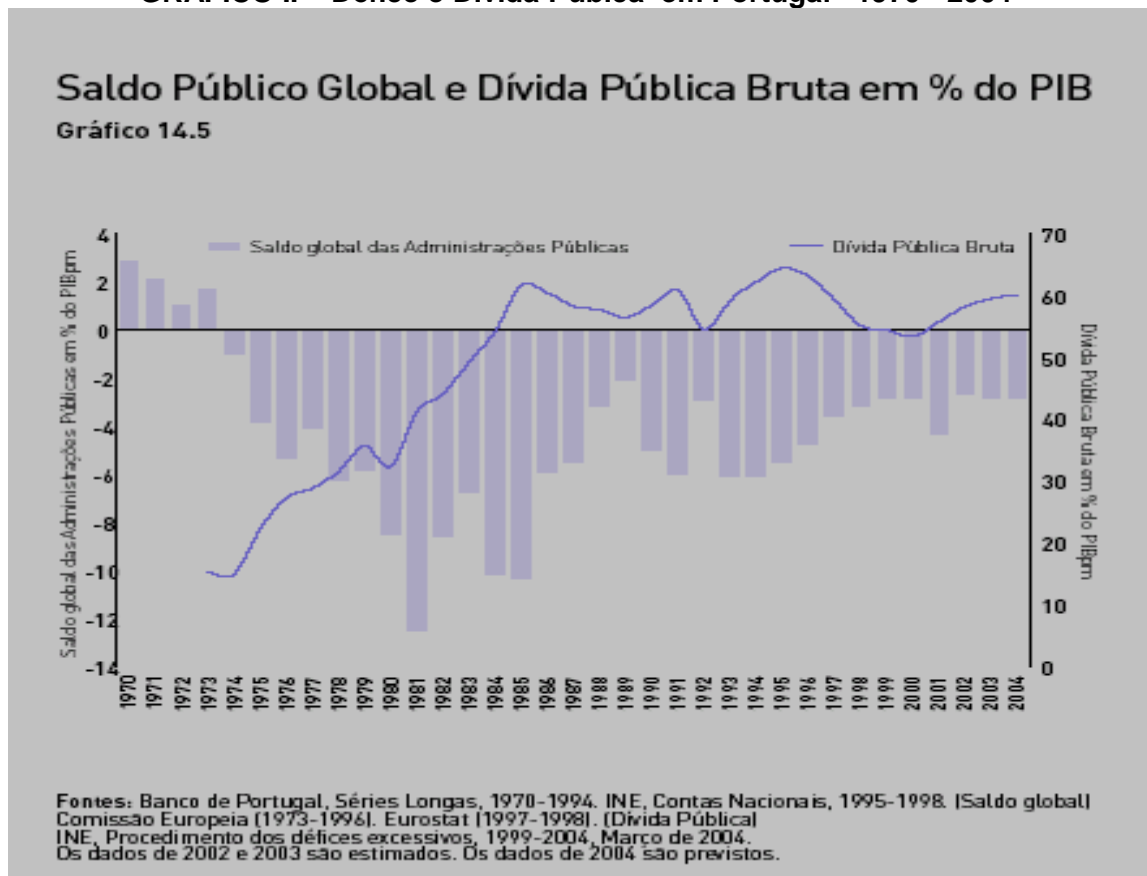


A linha mais carregada é a taxa de crescimento nominal, portanto antes de ser deduzido o efeito do aumento dos preços, enquanto a linha menos carregada é taxa de crescimento económico, medida pela taxa de crescimento do PIB, a que se retirou o aumento de valor provocado pela subida de preços.

E o que mostra o gráfico anterior? – Os períodos de maior crescimento económico, com taxas reais de crescimento superiores a 5%, foram os períodos de 1977 a 1980 e 1986 a 1991, portanto ao todo 10 anos.

Observemos agora o gráfico seguinte também construído com dados do INE.

GRÁFICO II – Défice e Dívida Pública em Portugal 1970 - 2004



No gráfico anterior, as barras indicam o défice em percentagem cujos valores estão à esquerda, enquanto linha à direita indica a Dívida Pública em percentagem do PIB cujos valores estão à direita.

Cruzando os dados deste gráfico que abrangem também um período suficientemente longo (1970 – 2004) , que conclusões se tiram?

Nos anos anteriores ao 25 de Abril as contas da Administração Pública apresentavam saldos positivos, com tendência claramente decrescente, em que a política financeira do Estado se resumia fundamentalmente a um problema de DEVE-HAVER associada a um atraso económico muito grande. Mesmo as taxas de crescimento económico apresentadas nesse período, em queda abrupta a partir de 1972, só eram significativas porque o atraso do país era tão grande que qualquer crescimento era elevado.

Depois do 25 de Abril, no período compreendido entre 1977 e 1980, em que a taxa anual de crescimento económico foi superior a + 5%, o défice situou-se sempre entre -4% e -6%; e, entre 1986 e 1991 , outro período em que taxa de crescimento económico foi também superior sempre a +5%, o saldo das contas da Administração Pública foi negativo, tendo-se situado o défice dentro do intervalo -2% e -6%.

Em 1981, o défice chegou mesmo a atingir -12%, mas taxa de crescimento económico foi mesmo positiva tendo rondado os + 2,5%.

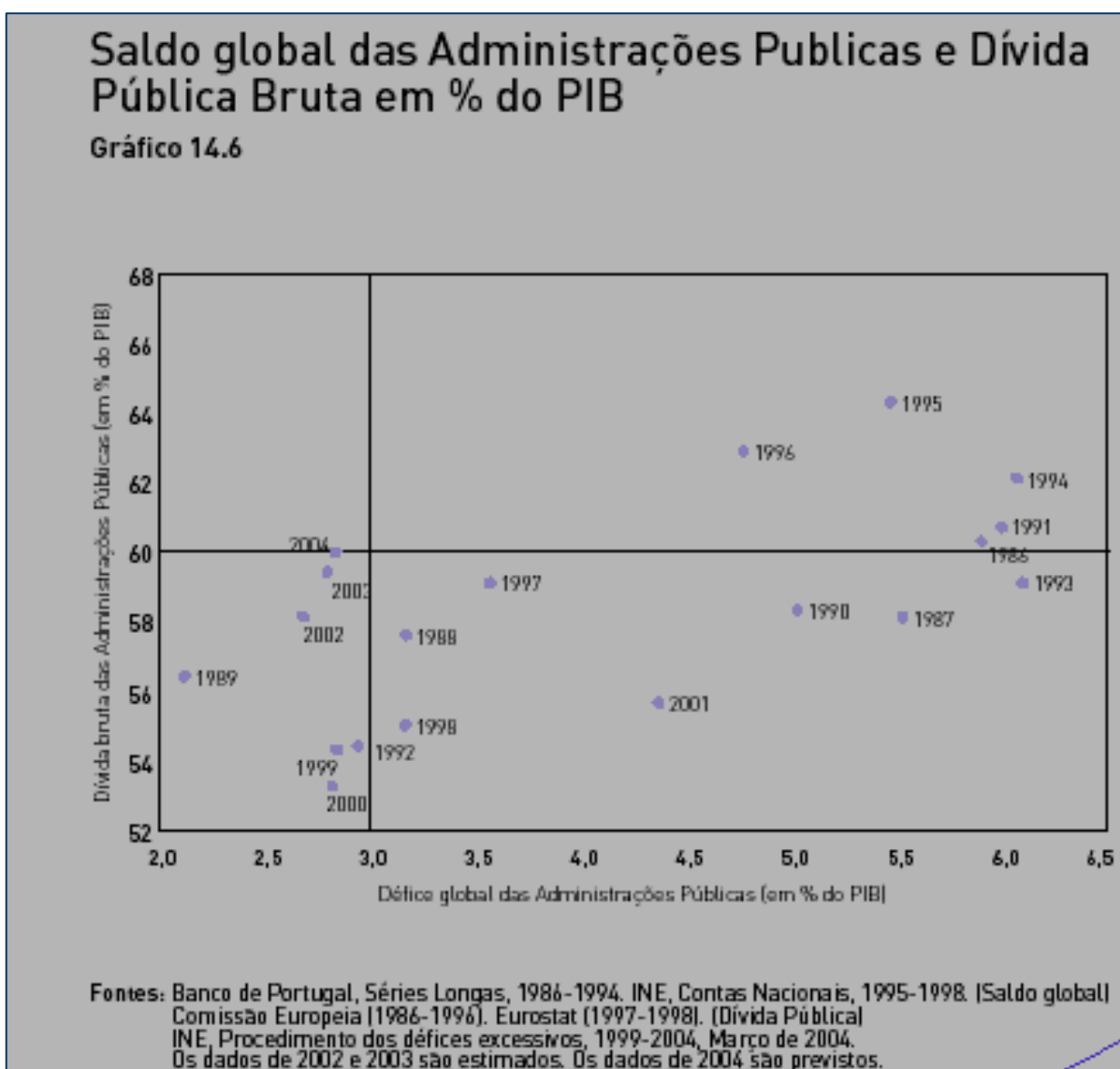
A partir de 2001, em que o défice apresenta valores menos elevados, é precisamente o período em que as taxas de crescimento económico são mais baixas, tendo o País entrado em recessão económica em 2003, da qual ainda não saiu completamente.

Outro aspecto importante que mostra análise empírica revelada no Gráfico II é a evolução da Dívida Pública em percentagem do PIB.

No período 2001-2004, em que dominou a obsessão do défice, a Dívida Pública não parou de crescer, pois passou de cerca de 55% do PIB para 60% do PIB.

O gráfico seguinte completa os dois anteriores pois reúne num único gráfico o défice e a Dívida Pública, ambos em percentagem do PIB.

GRÁFICO III – Déficit e Dívida Pública em Portugal 1985 - 2004



30 ANOS DE 25 DE ABRIL UM RETRATO ESTATÍSTICO |

O gráfico anterior mostra que, no período analisado (1986-2004), os anos em que o défice foi inferior a -3% foram apenas em 6 anos, a saber: 1989, 1999, 2000, 2002, 2003 e 2004, embora o défice deste três últimos anos tenha sido obtido à custa de receitas extraordinárias, muitas delas resultantes de simples operações contabilísticas.

E nestes seis anos as taxas de crescimento económico foram as seguintes, segundo o Banco de Portugal, :

❖ 1989	+ 5,5%
❖ 1999	+ 3,8%
❖ 2000	+ 3,7%
❖ 2002	+ 0,5%
❖ 2003	- 1,2%
❖ 2004	+ 1%

Por outro lado, os anos de 1986, 1987, 1990, 1994 e 1995, foram os anos em que o défice foi superior a -6,5%, e as taxas de crescimento económico foram as seguintes:

❖ 1986	+5,0%
❖ 1987	+5,1%
❖ 1990	+4,2%
❖ 1991	+2,1%
❖ 1994	+0,7%
❖ 1995	+2,3%

Resumindo, nos anos em que o défice foi inferior a -6,5% a média das taxas de crescimento registadas em cada um dos anos foi de 2,2%, enquanto nos anos em que o défice foi superior a -6,5% essa média atingiu 3,3%, ou seja, foi superior ao valor anterior em 50%.

REFLEXÕES FINAIS

É evidente que não se está a defender que quanto mais elevado for o défice da Administração Pública maior será o crescimento económico, e que o equilíbrio das contas públicas não deve merecer atenção.

No entanto, o que a análise empírica mostra em relação a Portugal é que as taxas de crescimento económico mais elevadas verificadas em Portugal estiveram associadas a défices elevados e que, sob o ponto de vista económico, é errado transformar o défice numa obsessão a que tudo se deve submeter, sacrificando a ele tudo, estrangulando o crescimento económico, e pensando que impondo défices reduzidos e destruindo, dessa forma, a Administração Pública, elevadas taxas de crescimento surgirão automaticamente e a prosperidade invadirá o País. A experiência do três últimos mostra já que o que inevitavelmente sucederia seria precisamente o contrário com consequências sociais devastadoras.

Eugénio Rosa
Economista